



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA
23 DE JULHO DE 2020 - Nº 14/2020 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos vinte e três dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e Alzira Agostinho, em substituição do Vereador António Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:-----

Ponto 01 – Apreciação e aprovação da abertura do procedimento do concurso público para a “Requalificação da Escola EB 2,3/S de José Relvas – Alpiarça”, bem como aprovação das respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 02 –Apreciação e aprovação da abertura do procedimento do concurso público para o “Parque Ecológico dos Patudos”, bem como aprovação das respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Ponto 03 – Aprovação do Plano de Investimentos para o Ano de 2020.-----

Município de Alpiarça-----





Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal-----

Ponto 04 – Modificação Orçamental – Revisão Nº 3.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

----A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram vinte e uma horas e trinta minutos, cumprimentando todos os presentes. Distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e dois de Julho de dois mil e vinte, com um total de disponibilidades de 956.054,95 Euros (novecentos e cinquenta e seis mil, cinquenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos). Lembrou que como se trata de uma reunião extraordinária, não haverá lugar ao Período Antes da Ordem do Dia.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ponto 01 – Apreciação e aprovação da abertura do procedimento do concurso público para a “Requalificação da Escola EB 2,3/S de José Relvas – Alpiarça”, bem como aprovação das respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente esclareceu que o projeto de arquitetura para a intervenção na Escola EB 2,3 S de José Relvas já esteve presente em reunião de Câmara onde foi aprovado e já foi submetida a candidatura à autoridade de gestão, à CCDR-Alentejo, ao Programa Operacional Regional do Alentejo 2020, e nesta reunião trata-se de aprovar os procedimentos para se lançar o concurso público para a empreitada da obra. Mencionou que a orientação das CCDRs e das CIMs é de





lançamento dos concursos durante o mês de Julho de maneira a que os projetos tenham maturidade e sejam objeto de consideração no processo de “limpeza” dos programas operacionais. Lembrou que o valor da empreitada para a Escola EB 2,3 S é de dois milhões trezentos e dez mil euros, ficando acima da verba que está aprovada. Deu conhecimento que durante o período de preparação das especialidades e dos programas de concurso e dos cadernos de encargos que havia uma parte importante do projeto que a DGESTE não tinha considerado e que é fundamental que seja incluído, que é toda a área da iluminação e das instalações elétricas, bem como a questão dos AVACs, dos ares condicionados. Clarificou ainda que, paralelamente ao decurso do concurso, já está agendada uma reunião com a Sra. Secretária de Estado da Educação no sentido de procurar junto do Ministério garantir um acordo de financiamento dos cerca de trezentos mil euros que estão de fora. Recordou também que há a possibilidade do valor que saia do concurso ficar abaixo do montante inicial e que foi considerado um período de trezentos dias para a conclusão da empreitada como condição para a sua realização.-----

---A Engenheira Carla Cunha deu de seguida nota do essencial das peças de procedimento do projeto em discussão e disse que tratando-se de um concurso público há a obrigação do cumprimento de um conjunto de formalidades, sendo uma delas a nomeação do técnico que vai acompanhar o processo desde o início até à conclusão física da obra. Registou que a proposta que existe é que seja a própria engenheira Carla Cunha a assumir a gestão do procedimento. Há também a necessidade de nomeação de um Júri, para fazer a apreciação das eventuais propostas que surgirem, composto por três pessoas, recaindo a proposta no Vereador João Pedro Costa Arraiolos como Presidente do Júri, a Engenheira Carla Cunha e o Dr. Nuno Paulino, como membros efetivos; como membros suplentes a Drª. Carla Borba e o Engenheiro Jorge Alfaiate. Abordou de seguida a necessidade de aprovação por parte da Câmara, que é quem competência para aprovar as peças de procedimento, bem como outros aspetos do projeto.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona cumprimentou os presentes e referiu-se à alteração dos prazos propostos para execução da empreitada. Mencionou o facto do montante ser acima do que estava inicialmente previsto, em virtude de não incluírem duas situações que não estavam contempladas. Disse que uma delas é a iluminação e em relação à outra lembrou que quando foi feita a discussão do projeto, levantou a questão do AVAC, que considerava importante e que que devia haver uma



preocupação com a climatização da Escola. Congratulou-se pelo facto de se ter dado o passo nesse sentido, que considera extraordinariamente importante. Acha que há a obrigação de prevenir um conjunto de situações, que se não forem tratadas no momento certo, depois podem sair mais caras, concordando que vale a pena assumir esta responsabilidade e discutir posteriormente o enquadramento, em termos de financiamento, do montante a mais.-----

---O Presidente referiu aqui que na discussão com a anterior Secretária de Estado, essa possibilidade ficou logo em aberto ou, pelo menos, a disponibilidade do Ministério para discutir um eventual reforço, se a questão se colocasse.-----

---A vereadora sublinhou que não é preciso construir escolas de luxo, mas não se podem deixar de assegurar as condições que nos dias que correm são perfeitamente essenciais.-----

---O Presidente recordou que se está num período em que estão a ser lançadas muitas obras, quer da administração local, quer da administração central, mas espera que haja concorrentes para a obra da Escola.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento do concurso público para a “Requalificação da Escola EB 2,3/S de José Relvas – Alpiarça”, bem como as respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----

Ponto 02 –Apreciação e aprovação da abertura do procedimento do concurso público para o “Parque Ecológico dos Patudos”, bem como aprovação das respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Presidente informou que, à semelhança do ponto anterior, o projeto de arquitetura para a intervenção na Barragem dos Patudos, designado por “Parque Ecológico dos Patudos”, já esteve presente em reunião de Câmara, onde foi aprovado e já foi submetida a candidatura à autoridade de gestão. Referiu que a verba para esta obra consta do Pacto da Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sendo sempre a decisão final da CCDR, da autoridade de gestão, NUT II do Programa Operacional Regional do Alentejo 2020 e nesta reunião



trata-se igualmente de aprovar a abertura dos procedimentos para o lançamento do concurso público. Especificou que a proposta de Júri deste concurso, bem como de gestor do contrato são os mesmos do concurso anterior.-----

---A Engenheira Carla Cunha apresentou os mesmos pressupostos do concurso anterior, referindo que neste caso o prazo para a conclusão da obra é de duzentos e dez dias.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona chamou a atenção para a necessidade de correção de um erro no artigo primeiro, número dois do programa de concurso, onde se deve substituir “Segunda Fase da Empreitada de Reabilitação do Mercado Municipal”, por “Parque Ecológico dos Patudos”.-----

---O Presidente disse, em relação aos restantes projetos, a segunda fase do mercado, a reabilitação da Escola do Frade de Baixo e da Escola EB1/JI de Alpiarça, não precisam de aprovação por parte da Câmara, embora faça questão de os trazer a este órgão, para conhecimento de todos os membros do Executivo.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona continuou, considerando que depois do acordo do Governo português em Bruxelas, abrem-se perspetivas interessantes, também para os municípios, em sede de apoios comunitários, e terá de haver um esforço acrescido para se ter um grau de execução contratual muito maior do que foi possível durante este período.-----

---O Presidente lembrou que primeiro há que executar o atual quadro comunitário.-----

---A Vereadora disse que o quadro de que falou é um quadro completamente novo e foi negociado numa perspetiva diferente que tem a ver com a retoma económica, fruto do que foram as consequências da pandemia.-----

---A Vereadora Alzira Agostinho pediu a palavra para fazer uma referência ao ponto dois do artigo vigésimo sétimo do programa de concurso, referente ao prazo adicional para apresentação de documentos, sendo da opinião que se deveria definir o mesmo.-----

---A Engenheira Carla Cunha esclareceu que esse prazo está definido no Código dos Contratos Públicos.-----

---O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento do concurso público para o “Parque Ecológico dos Patudos”, bem como as respetivas peças do procedimento, designação do Júri, delegação de esclarecimentos no Júri e nomeação do gestor do contrato.-----





Ponto 03 – Aprovação do Plano de Investimentos para o Ano de 2020.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

Remeter à Assembleia Municipal-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos salientou que este Plano de Investimentos vem na sequência de um conjunto de necessidades e terá de ser submetido à Assembleia Municipal, de acordo com o descrito na lei. Recordou que no início do mandato de dois mil e nove – dois mil e treze, a Câmara tinha uma dívida de cerca de treze virgula três milhões de euros , que foi reduzida para cerca de seis milhões no final de dois mil e dezanove. Afirmou que ao longo de todos estes anos tem havido uma degradação de alguns equipamentos desportivos e de estradas municipais, para a qual não foi possível fazer a sua manutenção por indisponibilidade orçamental. Tendo o Município saído do excesso de endividamento no final de dois mil e dezoito, e no final de dois mil e dezanove ter terminado com um virgula zero oito vezes a média das receitas correntes dos últimos três anos, quando o limite é de um virgula cinco, foram criadas as condições para realizar um conjunto de investimentos necessários. Recordou que neste momento o Município de Alpiarça está cerca de três virgula dois milhões de euros abaixo do excesso de endividamento, estando assim criadas as condições necessárias para recorrer a financiamento bancário para participar cem por cento dos investimentos previstos, no valor de 677.232,89 € (seiscentos e setenta e sete mil duzentos e trinta e dois euros e oitenta e nove cêntimos). Fez de seguida a descrição dos investimentos previstos que recaem sobre a substituição do relvado sintético do Estádio Municipal, a construção de novos balneários, a aquisição de terrenos junto à Igreja para a segunda fase da reabilitação do Mercado Municipal, um conjunto de pavimentações de arruamentos, algumas na sede do Concelho, outras no lugar do Frade de Cima. Acrescentou ainda que, como os investimentos previstos ultrapassam dez por cento das despesas de investimento previstas no orçamento do exercício, terão de ser submetidos à autorização prévia da Assembleia Municipal. Esclareceu também que o que se pretende agora é dar início aos procedimentos para haver a possibilidade de consulta ao mercado para a contratação de um empréstimo com vista à concretização dos investimentos previstos.-----



---Interveio a Vereadora Sónia Sanfona, começando por questionar se a substituição do relvado sintético do Estádio Municipal resulta de alguma necessidade verificada ou se este não está em condições e precisa de ser substituído, não tendo conhecimento que o relvado esteja em más condições e pretende saber qual a necessidade verificada para essa alteração. Relativamente à aquisição de terrenos junto à Igreja, perguntou de que terreno se trata, considerando que quando se falou na segunda fase do Mercado Municipal, falou-se em vários terrenos naquela zona. Pretende também saber se o valor indicado foi já negociado e aceite ou se se é apenas indicativo. Questionou ainda que tipo de pavimentações estão previstas para os arruamentos. Em relação à pavimentação prevista para a rua José Malhou da Costa, estrada que liga o Parque do carril à Praça Velha, disse que tinha ficado com a ideia que quando esta questão foi discutida, a intenção seria, futuramente, fazer essa ligação entre o centro Cívico e a Vala, mas no seu entendimento, se esta pavimentação for um alcatroamento tem alguma dificuldade em concordar; a forma como vê esta ligação não inclui a passagem de viaturas, mas sim uma ciclovia e uma rua pedonal. Deu nota que se a perspetiva é valorizar aquela ligação e criar futuramente uma envolvimento de fruição pública, de natureza e do espaço, fazia mais sentido a ligação não ser rodoviária, mas sim pedonal e a criação de uma ciclovia.-----

---Tomou a palavra a Vereadora Alzira Agostinho para dizer que na listagem de zonas que se encontram degradadas e que precisam de ser melhoradas, lamenta que não esteja previsto nenhum investimento na Zona Industrial, de modo a valorizá-la e torná-la mais atrativa para os investidores.-----

---O Presidente respondeu às questões colocadas, começando pelo relvado do Estádio Municipal que confirmou estar muito degradado, tendo já catorze anos e apresenta zonas com pouca relva sintética, que se foi despedagando ao longo dos anos criando algumas clareiras. Mencionou que tem havido por parte da Secção de Futebol do Clube Desportivo “Os Águias” alguma pressão para que se consiga fazer a substituição do relvado, que está próximo da sua vida útil. Sobre a Zona Industrial salientou que este terá de ser um processo muito mais vasto, com um plano próprio de intervenção e de investimento, procurando captar apoios a fundos estruturais, e que, à semelhança do atual quadro comunitário, não se prevê que haja nos próximos programas de fundos estruturais verbas para a rede viária da responsabilidade dos Municípios, bem como para



equipamentos desportivos. Registou que espera que os programas de fundos estruturais que saírem do pacote que foi recentemente anunciado, tenham em consideração as questões do tecido económico e do seu desenvolvimento aos vários níveis, empresarial e industrial, entre outros. Sublinhou que foi por isso que se deu agora prioridade a este tipo de investimentos, que terá de ser financiado com fundos da exclusiva responsabilidade da autarquia, próprios ou com recurso a empréstimo bancário, na expectativa que os investimentos que vierem a ser feitos possam beneficiar da comparticipação dos fundos estruturais.-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos acrescentou, relativamente à questão do relvado, que não se trata apenas de um reivindicação mas de uma necessidade, considerando que o piso não suporta uma manutenção mais profunda porque este, em muitas zonas, está deslocado da base. Saliu ainda que as empresas que fazem a manutenção disseram que a solução seria a aplicação de um novo piso. Esclareceu que o terreno junto à Igreja é aquele onde existem os espaços comerciais e o valor é o que foi acordado em termos de negociação.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira cumprimentou os presentes e respondeu à questão colocada sobre o tipo de alcatrão a colocar nos arruamentos, mencionando que se trata de alcatrão normal, que se costuma utilizar após as fresagens. Esclareceu que não se trata do tipo de alcatrão aplicado há cerca de quatro anos, que na altura foi o foi possível em termos financeiros, mas que ainda se mantêm em bom estado.-----

---O Presidente afirmou, em relação à ligação da Praça Velha à Vala, que o previsto é a colocação de alcatrão e não contempla as sugestões da Vereadora Sónia Sanfona, embora as compreenda. Comentou que o alcatroamento da rua agora, não excluiria uma intervenção futura que pudesse ir para esse tipo de solução. Lembrou que havia um estudo que previa uma intervenção, um parque ambiental, para toda aquela zona, entre esta rua e a rua que vai para a estrada do campo, agora ocupada com terrenos agrícolas. Considerou importante que o Executivo esteja de acordo para a realização dos investimentos previstos, esperando que perdurem em termos de utilização por parte da população de Alpiarça.-----

---A Vereadora Sónia Sanfona mostrou concordância em relação à recuperação da via referida, cuja ligação considera que é estratégica e que vinha valorizar bastante a Vala e que liga o curso de água ao centro da vila. Considerou que com o que vai ser construído nos tempos mais próximos na zona





entre o Mercado e a Igreja, uma área de fruição pública com espaços ajardinados, e se a ideia é ligar aquele espaço à Vala, pode-se olhar para esta situação com alguma perspetiva. Admitiu que o que as Vereadoras do Partido Socialista vêm naquele espaço é fazer a ligação de uma forma natural aproveitando toda a área envolvente, com a criação de um parque de skate, uma zona para exercícios e preparar todo o espaço para um futuro projeto.-----

---O Vereador Carlos Jorge Pereira é da opinião que o facto de se alcatroar a estrada não é impeditivo de, paralelamente, se criar um espaço pedonal, até porque, junto à Vala, existe o percurso pedonal que tem início na Reserva do Cavallo Sorraia e vai até à ponte do Casal Branco.----

---O Presidente manifestou a opinião de que é compatível o alcatroamento daquela estrada, com o acesso automóvel à Praça Velha a partir do Parque do carril e a ligação à Rua do Matadouro que vai ser também alcatroada em conjunto com outros arruamentos, com uma zona pedonal e uma ciclovia em paralelo, ocupando terrenos que agora são agrícolas. Reforçou que esta ideia tem de ser trabalhada agora, tendo em vista o que se pretende para o futuro daquela zona. Salientou ainda que há dois elementos fundamentais neste plano, procurando ir ao encontro das expetativas do sentido da discussão política que se tem feito em Alpiarça nos últimos tempos, que tem a ver com a estrada da Lagoalva e com a estrada municipal mil quatrocentos e sessenta e dois, que vai da Adegã da Gouxã até ao limite do Concelho.-----

---O Presidente colocou de seguida o “Plano de Investimentos para o Ano de 2020” à votação, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS). Foi ainda deliberado remeter o assunto à Assembleia Municipal, para apreciação e votação. A Vereadora Sónia Sanfona, em nome das Vereadoras do Partido Socialista, fez a seguinte declaração de voto: “Este plano de investimentos é uma escolha do Executivo que está em maioria, ou seja, que faz a sua análise e resolveu escolher estes investimentos em concreto, com os quais não estamos em desacordo. Contudo, se fosse um plano nosso, eventualmente, haveria aqui algumas diferenças nas prioridades, designadamente uma delas tem a ver com uma atenção especial à zona industrial, que achamos que fazia sentido, ainda que não com o âmbito que é esperado de uma intervenção mais global mas, a zona industrial vai no futuro, já o é, ser um polo catalisador do desenvolvimento do concelho. Nós vamos estar confrontados com uma necessidade muito grande de criação de emprego, embora eventualmente, o desemprego não seja uma responsabilidade nossa, mas





decorre muito das situações que vivemos nos últimos tempos e a questão vai-se colocar com muita premência. Nós, municípios, vamos ter que dar um contributo importante para que esses polos catalisadores de desenvolvimento possam afirmar-se e que não entrem numa espiral de decaimento, como nalguns casos acontece. Consideramos que isso é prioritário e, portanto, apenas para justificar que esta abstenção não revela uma discordância com o facto de se fazer investimento no concelho, que vimos reclamando há muito tempo e que achamos que é necessário, mas, prende-se com algumas propostas que nós teríamos eventualmente acrescentado ou substituído aqui e que considerávamos que eram mais prioritárias, apenas isso.”-----

Ponto 04 – Modificação Orçamental – Revisão N.º 3.-----

Município de Alpiarça-----

Para Deliberação:-----

---O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu os pressupostos desta operação financeira. Deu nota que esta revisão orçamental vem na sequência da comparticipação financeira que cabe a cada Município, relativamente aos procedimentos que foram efetuados pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, de combate à pandemia causada pelo coronavírus, que se prendeu com um conjunto de despesas feitas, que no caso de Alpiarça tem o valor de quinze mil quatrocentos e dezoito euros e vinte cêntimos. Esta verba tem essencialmente a ver com a aquisição de ventiladores. Especificou ainda que a rubrica não existia em orçamento e, por isso, havia necessidade de a criar, o que só pode ser feito através de uma revisão orçamental, competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara.

---O Presidente colocou de seguida a “Modificação Orçamental – Revisão N.º 3” à votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---Foi ainda deliberado remeter à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.-----

Remeter à Assembleia Municipal-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

Não houve intervenções do público.-----





ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

----Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram vinte e três horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

